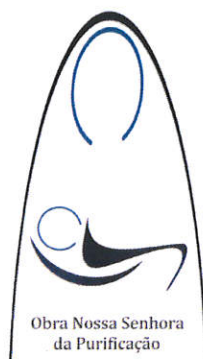


FUNDAÇÃO
OBRA NOSSA SENHORA DA
PURIFICAÇÃO



Relatório e Contas
2022

Fundação

Obra de Nossa Senhora da Purificação

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO : 2022

1 - Introdução

FD
SN.

A Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação, com sede social em EST DA CIRCUNVALAÇÃO 5 QUINTA DO FERRO, com um capital social de 419.170,03 €, tem como atividade principal Atividades de apoio social para crianças e jovens, com alojamento. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2022.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

O ano de 2022 marca o início da Guerra da Ucrânia. No que se esperava ser o primeiro ano de recuperação pós-COVID-19, o mundo assistiu em choque à invasão da Ucrânia pela Rússia, o que teve como consequência a natural degradação do comércio mundial.

A Ucrânia, responsável por 10% a 15% da produção mundial de alguns dos principais cereais, viu grande parte do seu território destruído, e vive atualmente uma alteração demográfica provocada pelo recrutamento obrigatório da população masculina.

Por sua vez, as sanções impostas à Rússia pelos principais mercados internacionais conduziram a retaliações, nomeadamente ao corte do abastecimento de combustível e gás ao Ocidente. A destruição da Ucrânia e a exclusão económica da Rússia fizeram disparar os preços mundiais, o que por sua vez levou a níveis de inflação históricos.

Ao mesmo tempo que o mundo lidava com os impactos da guerra, o vírus COVID-19 também recordava as populações que ainda se encontrava no ativo. Embora tal não tenha impedido a maioria dos países de flexibilizar as medidas de combate à pandemia, houve alguns que não seguiram esta tendência, como é o caso da China, que chegou a adotar uma política de "Zero Covid" onde os cidadãos foram impedidos de sair das suas residências.

O ano ficou ainda marcado por diversos solavancos políticos, sociais e culturais por todo o mundo. O Reino Unido viu terminar antecipadamente o mandato do primeiro-ministro Boris Johnson, e quase não chegou a ver o mandato de Liz Truss que ocupou o cargo apenas durante 50 dias até dar lugar a Rishi Sunak, um carrossel político que parou apenas para o luto pela morte da rainha Isabel II que se sentava no trono há 70 anos. Os Estados Unidos também enfrentaram várias ondas de manifestações, principalmente devido às mudanças nas leis de aborto e aos desastres causados por tiroteios em escolas. No Irão subiu o tom de contestação às leis sobre as mulheres após a morte de Mahsa Amini de 16 anos às mãos da "polícia moral" deste país, indignação que se constata também no Afeganistão, onde na reta final do ano, as mulheres foram proibidas de trabalhar e de estudar em universidades.

Num ano já difícil, foi ainda necessário arranjar tempo para as alterações climáticas enquanto vários países lidavam com tempestades, secas e cheias históricas.

2.1. A Nível Internacional e Europeu

Mundo

O ano de 2022 foi marcado por três grandes desafios para a economia mundial. Um deles foi a guerra na Ucrânia, que causou grandes interrupções nas cadeias de abastecimento, particularmente de cereais por parte da Ucrânia e de energia onde o fornecimento de gás da Rússia caiu para menos de 20% do observado em 2021.

Outro desafio foi a inflação, acompanhada de um aumento significativo do valor do dólar americano em relação a outras moedas, o que prejudica principalmente as economias emergentes e em desenvolvimento.

Por fim, outro grande desafio para a economia global foi o enfraquecimento do crescimento económico da China. O país enfrentou dois problemas fundamentais: a pandemia, que levou a políticas de "Zero Covid" com restrições severas à mobilidade dos seus cidadãos, o que afetou a economia; e agravou o segundo problema: a instabilidade no mercado imobiliário. A economia chinesa é fortemente dependente do seu mercado imobiliário, e algumas das políticas recentes do governo têm levado à sua instabilidade.

As previsões do Worldbank indicam um crescimento significativamente menor do PIB em quase todas as principais regiões do globo, exceto no Médio Oriente e Norte de África. Esta região tem um comportamento incomum devido principalmente à exportação de petróleo e a um impacto menor do que o esperado da guerra na Ucrânia na região.

Em oposição à diminuição do crescimento do PIB, há um aumento acentuado da inflação. É importante destacar que 2021 já foi um ano recorde para este indicador em países como os EUA, onde a inflação chegou a níveis não vistos desde 1968.

É esperado que a inflação mundial aumente de 4,7% em 2021 para 8,8% em 2022. Isto significa que as famílias têm menos poder de compra, dado que os seus salários não cresceram na mesma proporção. Além disso, várias regiões têm implementado medidas para procurar conter a escalada da inflação, incluindo aumentos nas taxas de juros. Estas medidas já estão a afetar setores como o imobiliário, onde as famílias assistem à subida das taxas de juros dos seus empréstimos. Há preocupações de que medidas para combater a inflação possam levar a uma rigidez adicional nos mercados financeiros, o que pode ter impacto nos mercados de dívida externa.

Um indicador económico que tem se comportado de forma diferente dos demais é o desemprego. Em 2021, quando a economia global parecia estar a recuperar, o desemprego aumentou. Mas este ano, quando essa recuperação foi interrompida, o desemprego começou a cair. Em 2021, a zona do Euro registou uma taxa de desemprego de 6,9% (dados do FMI de outubro de 2022) e em 2022 essa taxa caiu para 6,1% (dados do FMI de outubro de 2022), uma queda de 0,8 pontos percentuais. Os EUA, que tiveram uma taxa de desemprego de 5,4% em 2021 (dados do FMI de outubro de 2022), encerraram o ano de 2022 com uma taxa de 3,7% (dados do FMI de outubro de 2022), uma queda de 1,7 pontos percentuais. A explicação para esta queda não é simples, alguns especialistas apontam para a reabertura das economias, que levou ao retorno à atividade de várias empresas. Também é realçado o impacto das mudanças nas dinâmicas de trabalho causadas pela pandemia, como o aumento do teletrabalho, o que ampliou o mercado potencial de contratações. Por fim, há quem argumente que a maior ameaça atual para as economias globais é a inflação e que tradicionalmente o desemprego e a inflação não estão fortemente relacionados. O desemprego tende a estar ligado às mudanças nas dinâmicas do mercado de trabalho e das empresas, enquanto a inflação está ligada a fatores de mercado e de oferta de matérias-primas, como energia.

Também vale a pena mencionar o fenómeno observado durante o ano no que diz respeito às taxas de câmbio, onde pela primeira vez desde 2005, o valor do euro caiu abaixo do valor do dólar.

Na vertente não financeira, continuam a existir muitos desafios. As economias avançadas estão a enfrentar uma crise demográfica à medida que as populações envelhecem e novos recordes de baixas taxas de natalidade são estabelecidos em países como o Japão. Este envelhecimento já é um fardo para os sistemas sociais de muitas economias e é esperado que piore.

A crise climática tem causado sérios impactos em todo o globo, com a ocorrência de eventos climáticos intensos a ser cada vez mais comum. Entre alguns destes fenómenos destacam-se as secas severas que têm afetado grande parte da Europa, e que se estima terem custado 20 mil milhões de euros em prejuízos. As tempestades tropicais nos EUA também têm causado muitos estragos, estimando-se que a tempestade Ian tenha causado prejuízos de 100 mil milhões de euros. A China tem sofrido com inundações e secas espalhadas por diferentes regiões, num total de 15 mil milhões de euros em prejuízos. As inundações no Paquistão causaram uma crise humanitária submergindo 10% do país, a seca no Brasil foi severa e o furacão Fiona em

Porto Rico deixou 13.000 pessoas desabrigadas e 90% da população sem água e eletricidade, todos estes eventos causaram um total de 3 mil milhões de euros em perdas.

AD
21.

Europa

Tal como as restantes regiões, a Europa tem sido afetada pela instabilidade económica mundial. A guerra na Ucrânia e a deterioração das relações com a Rússia levaram a grande instabilidade no preço da energia, que embora tenha vindo a cair na reta final do ano, continua a mostrar-se bastante volátil. A inflação disparou, sendo o setor alimentar o mais afetado, o que tem preocupado governantes à medida que mais e mais famílias têm dificuldade em colocar comida na mesa. Como tal, o FMI estima que o PIB europeu registe um crescimento de 2,9% em 2022, uma quebra quando comparado com os 5,9% de 2021.

O maior desafio que a Europa enfrentou durante 2022 foi a inflação, o Banco Central Europeu prevê que a inflação média do ano atinja os 8,4%, sendo o preço dos alimentos e da energia os que mais têm conduzido esta subida. Mas também os níveis de procura acima do normal, causados pelo libertar das poupanças acumuladas durante a pandemia, contribuem para um aumento dos preços. Ao longo do ano, em particular na segunda metade de 2022, os constrangimentos das cadeias logísticas foram diminuindo o que tem contribuído para conter o aumento da inflação na economia europeia.

Tanto o consumo público como o privado aumentaram, com o primeiro a crescer 1,8% e o último 3,8% (dados Outubro FMI) sendo que o aumento se deve ao consumo de serviços, um setor que continua embalado pelo reabrir da economia. Por oposição, o setor dos bens de consumo veio a cair durante todo o ano.

Quanto ao desemprego, ao abrir do ano a Zona Euro registava uma taxa de desemprego de 6,9%, a novembro do mesmo ano a taxa havia caído para os 6,5%. As mulheres continuam a ser as mais afetadas pelo desemprego, com uma taxa média de desemprego ao longo do ano na ordem dos 7,2%. Enquanto isso, a taxa média entre os homens foi de 6,3%. A taxa registada no final do ano é inferior à registada em fevereiro de 2020, que muitos especialistas consideram ser o último mês pré-pandemia. O mercado de trabalho deverá encerrar o ano de 2022 com crescimento de 1,8%, demonstrando resiliência às atuais circunstâncias macroeconómicas.

Ao contrário de grande parte do mundo, a China tem sentido um impacto muito reduzido da guerra da Ucrânia, dadas as suas relações limitadas com ambos os países e política económica protecionista. Adicionalmente, dado que a China é pouco dependente de importações no setor alimentar, a inflação fez-se sentir com muito menos intensidade que noutros países.

Portugal

É importante destacar o crescimento económico de Portugal no primeiro semestre de 2022, impulsionado maioritariamente pelo forte aumento do turismo estrangeiro que levou as exportações de serviços a atingirem níveis pré-pandemia. De facto, estas exportações aumentaram 70% (anualizado – dados da Comissão Europeia), tornando-se um forte fator de crescimento.

Mas é importante notar que, trimestralmente, o crescimento do PIB desacelerou significativamente em relação ao ano anterior, de 2,4% no primeiro trimestre para 0,1% no segundo. Apesar disso, as exportações de bens e serviços mantiveram-se fortes no segundo trimestre e o consumo privado também continuou a crescer, embora a um ritmo mais lento. Por oposição o investimento diminuiu significativamente, 3,7% (q-o-q), reflexo de uma quebra de confiança das empresas e do aumento do preço das commodities, especialmente energia, e aumento das taxas de juro.

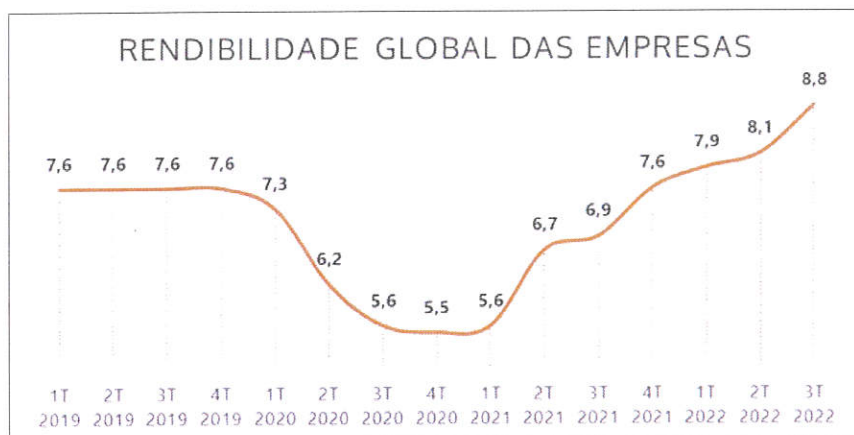
Com base nas últimas previsões do Banco de Portugal, Portugal deverá registar um crescimento do PIB de 6,8% em 2022. Este crescimento é atribuível em grande parte ao crescimento do setor do turismo, que foi muito auxiliado pelo levantamento das restrições de mobilidade do COVID-19.

O crescimento de 5,9% do consumo interno e o aumento de 4% do consumo público foram fatores importantes para o crescimento do PIB. As exportações também cresceram 17,7%, maioritariamente de serviços, enquanto as

DB
S

importações cresceram 11,1%.

A rentabilidade do ativo das empresas privadas subiu para os 9,1% em 2022, enquanto a rentabilidade das empresas públicas estabilizou nos - 0,6%, o que representa um aumento face aos -3,3% registados em 2021.



O aumento da rentabilidade das empresas privadas foi generalizado e transversal à generalidade dos setores, com exceção do setor da eletricidade e água. Em relação a 2021, a rentabilidade das micro, pequenas e médias empresas passou de 6,8% para 8,6%, a rentabilidade das grandes empresas passou de 9% para 11,1%.

A autonomia financeira das empresas aumentou para 41,1% no terceiro trimestre de 2022, que compara com 40,2% no período homólogo de 2021. Este aumento foi, à semelhança do ponto anterior, transversal a quase todos os setores exceto energia e água, onde a autonomia se manteve ou reduziu. Quanto à dimensão das empresas, as PME registaram um aumento da autonomia financeira de 39,8% para 42%, enquanto as grandes empresas registaram uma redução deste rácio de 35,9% para 34%. No setor público, a autonomia financeira aumentou de 28,2% para 32,2%.

O investimento empresarial abrandou para os 1,3% em 2022, comportamento potenciado pelo contexto de elevada incerteza. Contribuíram para tal as restrições de abastecimento, nomeadamente materiais e mão-de-obra, o aumento dos custos de produção, em grande parte devido à inflação, a rigidez das condições de financiamento e o abrandamento da procura.

O setor da habitação registou uma quebra acentuada do investimento, dos 12,2% em 2021 para os 0,3% em 2022 - fruto do aumento das taxas de juro do crédito à habitação e da falta de crescimento dos rendimentos das famílias.

Quanto ao desemprego, segundo dados do Banco de Portugal, a taxa diminuiu 0,7 pontos percentuais de 2021 para 2022, prevendo-se que termine o ano nos 5,9%, o que se traduz em 305,8 mil pessoas, sendo que muitas empresas têm reportado dificuldades históricas no recrutamento de mão-de-obra qualificada nos principais setores de atividade. Relativamente à dinâmica laboral, verificou-se que 17% da população empregada (836,7 mil) se encontra atualmente em regime de teletrabalho. Destes, cerca de 31,5% estão em regime de trabalho totalmente remoto, estando os restantes em regime híbrido, em que a média de dias em casa é de 3 dias. Relativamente aos jovens dos 16 aos 24 anos, a taxa de desemprego é de 18,8%.

De acordo com a projeção do Banco de Portugal, tanto o consumo privado como o consumo público aumentaram 5,9% e 2%, respetivamente, tendo o IHPC registado uma taxa média de variação de 8,1%.

A inflação disparou em Portugal atingindo os 9,5% (dados da Comissão Europeia) no terceiro trimestre do ano, reflexo dos preços elevados da energia que acabaram também por alastrar para os restantes setores. Adicionalmente, o prolongado período de seca que o país atravessou provocou um aumento do preço dos produtos alimentares não processados em 18,1%, 5,4 pontos percentuais acima da média europeia. A expectativa é fechar o ano com uma inflação média de 8%.

Segundo dados da OCDE, a dívida pública portuguesa no final de 2022 deverá ser 115,9% (279.319 mil M€) inferior em 9,6 pontos percentuais relativamente ao que era no final de 2021. Refira-se que as previsões mais favoráveis em 2021 colocavam este valor nos 119%, pelo que os resultados reais foram melhores do que o esperado.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

a) Relatório de Atividades 2022

A Fundação mantém acordos com o ISS, IP para 24 crianças e jovens na Casa de Acolhimento Residencial em Fátima, com uma frequência média de 19 crianças e jovens em 2022; o acordo para o CATL (s/ almoços) abrange 16 crianças, a frequência média anual foi de 26 crianças.

Na creche foram atendidas em média 34 crianças, 28 com acordo. Delas gozaram no 1º semestre 20 de gratuidade, no 2º semestre 26. Na Educação Pré-Escolar verificou-se também este ano uma diminuição de procura, estabelecendo-se a média anual de frequência em 77 crianças, pese embora o acordo para 125 crianças não ter sido alterado em vista da adaptação de uma sala para futura utilização de creche que até à data ainda não foi realizado, embora passos importantes tenham sido dados, tal como a elaboração da planta e cadernos de encargo.

Os planos de atividades foram executadas

Na Portela foram atendidas cerca de 70 famílias carenciadas com bens alimentares de primeira necessidade, total de 289 pessoas das quais 51 crianças.

Colaboradores em 31 de dezembro de 2022

Quadro de Colaboradores	Portela, LRS		Faátima, Ourém	
	J. Infantil	Creche	CAR	CATL
Diretora Economa	1		-	
Dir. Técnica (Ed. de Infância c/Lic)	-			1
Téc. Sup. Serv.Social	1			1
		Dir.Técnica		
Psicóloga	1 (50%)		1	
Educadoras c/ Mestr.	1	1		-
Educadoras de Infância c/Lic.	2	1*		-
Educadora Social s/Lic.	-	-	1	1
Ajudantes da Ação Educativa	3	2	6	1
		1		
Administrativa	1			1
Cozinheira	1			1
Ajud. Cozinha	1			1
Serviços Gerais	3		1	1
Total		20		17
Estag. curriculares de Téc. Apoio à Infância e Acomanhamento	3	-	-	-

*De baixa em 31 dezembro 2022

Gestão de Qualidade e Formação

Numa procura contínua de melhoria dos serviços prestados para a satisfação dos utentes, seus familiares e da própria equipa, a implementação da Gestão de Qualidade também em 2022 foi prioridade na CAR em Fátima. Documentação, processos, procedimentos, foram analisados e atualizados, assim como foi dada continuidade à supervisão externa.

AD
82

Formações obrigatórias e outras de acordo com o interesse e as necessidades dos trabalhadores foram proporcionadas, sempre que possível presenciais, algumas também on-line. Ao todo foram facultadas 54 formações com a participação de 31 funcionárias (81%), somando um total de 503 sessões de formação ministradas através de entidades externas.

Sustentabilidade

Prevendo o número de crianças no Jardim de Infância, Portela para o ano letivo de 2022/2023 reduzido, foi fechado uma sala e tornou-se urgente reorganizar a equipa de trabalho o que levou a redução do quadro de pessoal em 04 pessoas.

Pesou a devolução das verbas pagas em excessivo pela Segurança Social durante o ano letivo de 2021/2022 no valor total de 39.251,52 €, sendo descontado ao longo de 12 meses durante o ano letivo de 2022/2023.

Investimentos

Como medida de sustentabilidade, no âmbito do Plano da Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (PPEC) com 45% de subsídios do Estado a fundo perdido, foram colocadas painéis fotovoltaicas nas Instalações da Portela como em Fátima no valor de 16.440 € e 19.788 € respetivamente, por nossa conta. As obras foram executadas pela Global Energie, Rede Forte. Para fazer face às despesas pudemos contar com um apoio específico através da Stiftung Kinderwerk Goldach, Suíça, no valor total de 24.730 €. Na Casa em Fatima foram substituídas 3 janelas de telhado a um valor de 2.160 € (+ IVA).

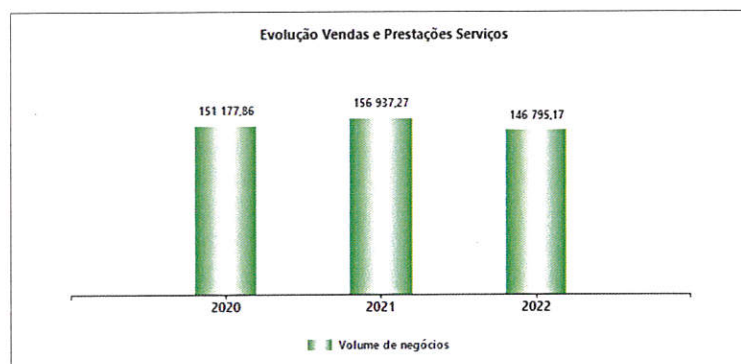
Apoios recebidos:

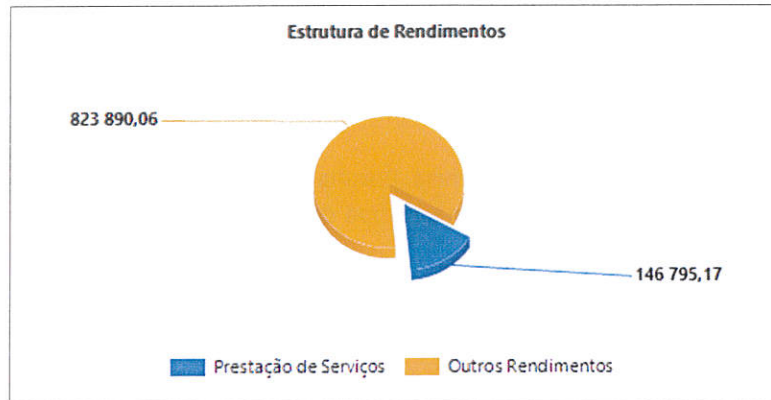
- Subsídios através de acordos com o MES e ISS, IP;
- Contratação de estagiária ao abrigo do programa ATIVAR do IEFP, valor: 4.824,09 €;
- Reembolsos de IRS : 4.437,71 €;
- A Fundação recebeu neste ano para compensação das Educadoras: 24.654,24 €;
- Donativos de particulares e da Stiftung Kinderwerk CH Goldach;
- Através do "Apoio da Missão Continente" recebemos generos alimentares em Lisboa no valor de 4.868,89 €; em Fátima 4.777,70 €;
- Programa de Apoio Social da Câmara de Loures no valor: 9.182,08 €;
- Apoio Social da Câmara de Ourém (AAAF) 605 € e para os almoços do CATL total de 5.512,93 €.
- Programa de Recolha de Reciclável – Valorlis: 27,51 €.

b) Posição Financeira

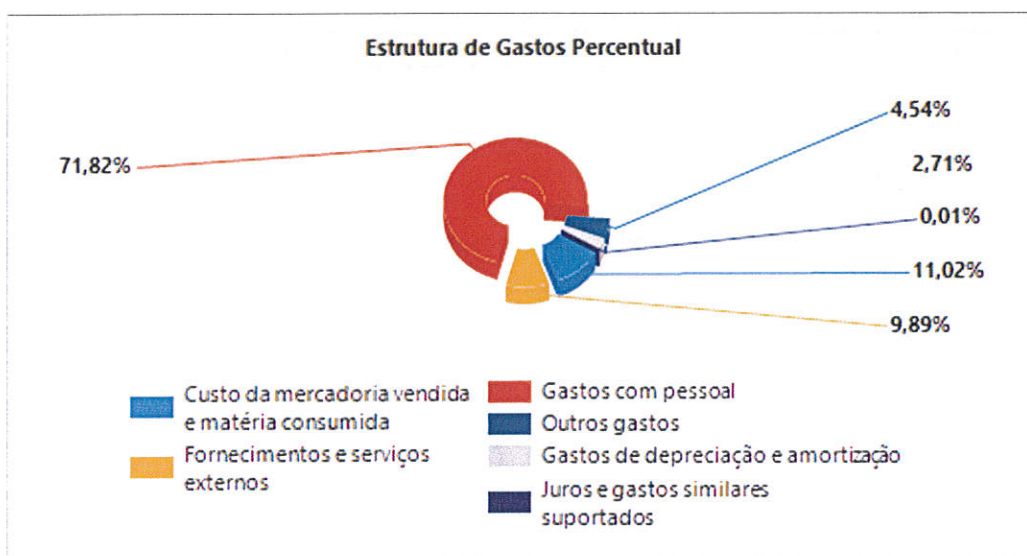
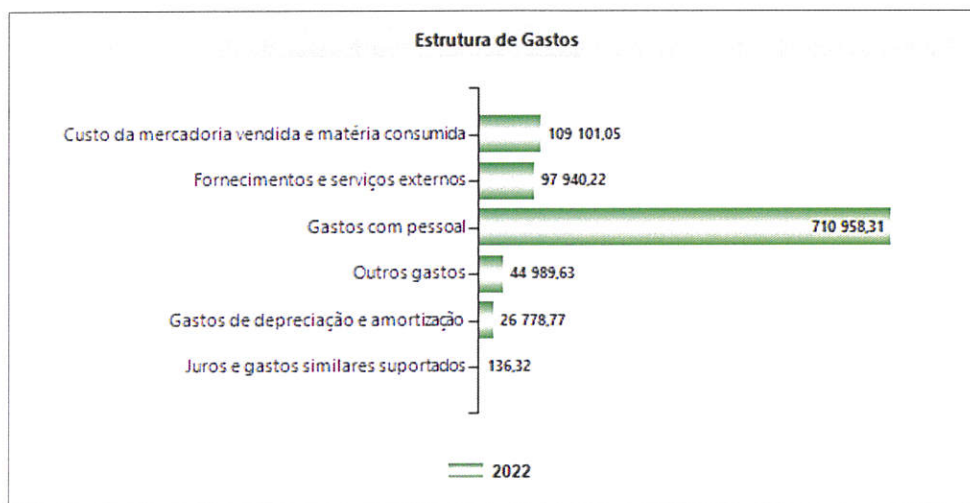
No período de 2022 os resultados espelham uma evolução negativa da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 146.795,17 €, representando uma variação de (6,46)% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:





Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

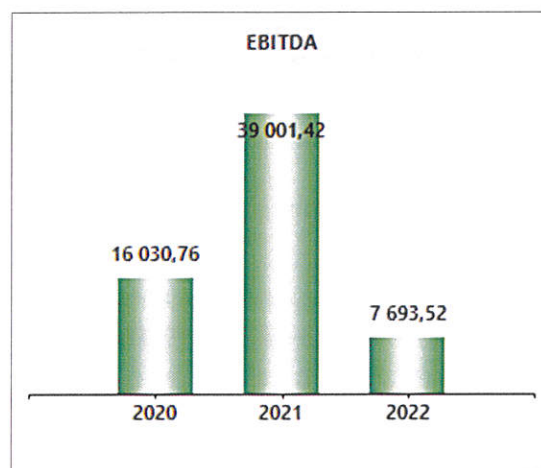
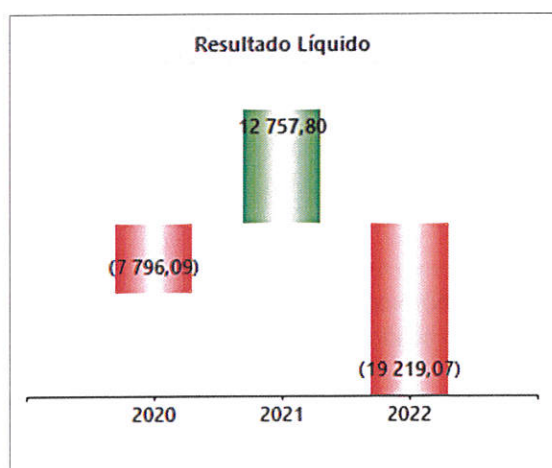


No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos.

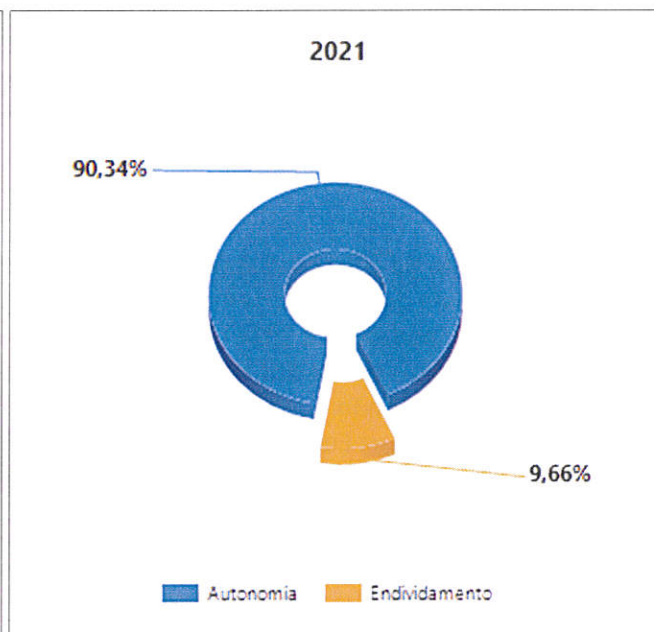
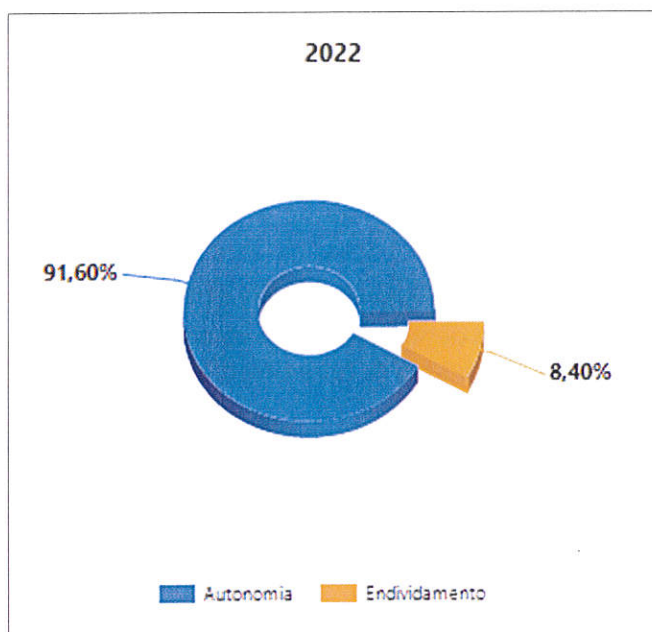
Handwritten initials/signature in the top right corner.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2022	2021	2020
Gastos com Pessoal	710 958,31	702 668,61	699 379,77

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido:



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2022		2021	
Ativo não corrente	1 669 312,06	92 %	1 653 260,42	89 %
Ativo corrente	150 060,70	8 %	212 847,69	11 %
Total ativo	1 819 372,76		1 866 108,11	

RUBRICAS	2022		2021	
Capital Próprio	1 666 570,52	92 %	1 685 789,59	90 %
Passivo não corrente	0,00	0 %	0,00	0 %
Passivo corrente	152 802,24	8 %	180 318,52	10 %
Total Capital Próprio e Passivo	1 819 372,76		1 866 108,11	

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação no período económico findo em 31 de dezembro de **2022** realizou um resultado líquido de **-19.219,07€**, propondo a sua aplicação em **Resultados Transitados**.

5 - Expetativas Futuras

5.1. Cenário macroeconómico

Mundo

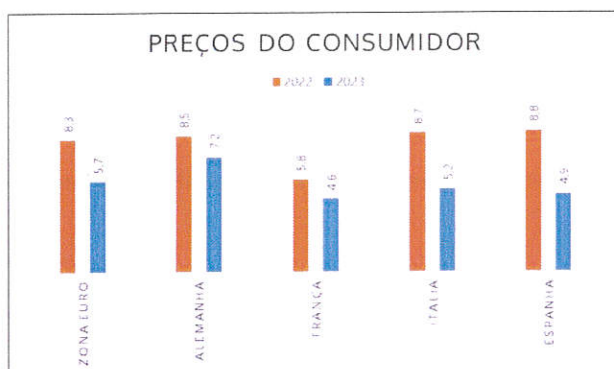
É esperado que as economias mundiais continuem a abrandar em 2023 com o PIB a crescer apenas 2,2% após os 3,1% registados em 2022. Estas previsões pressupõem que sejam implementadas políticas para reduzir o aumento dos preços da energia e dos alimentos e que não existam choques económicos nas economias emergentes da Ásia, que serão responsáveis por 3/4 do crescimento global.

Europa

O crescimento da Zona Euro abrandou drasticamente ao longo do ano.

A OCDE espera que o crescimento do PIB nesta região seja quase impercetível em 2023 (0,5%) com uma recuperação modesta em 2024 (1,4%). Os principais culpados desta desaceleração são os altos preços da energia e os altos custos dos alimentos, bem como limitações nas cadeias de fornecimento e a falta de confiança no mercado.

O grande desafio na Europa é manter a inflação sob controlo. Com 2022 a terminar com uma taxa de inflação entre 8,3% e 8,4%, e a cair para apenas 6,3% ou 6,8% em 2023, as famílias continuarão a perder poder de compra.



À medida que a Europa encontra formas de substituir os abastecimentos e fontes de energia e toma medidas de combate à inflação, prevê-se que esta vá abrandando ao longo de 2023, mas a taxa desejável é de 2%, pelo que os valores a registar no próximo ano permanecem acima da meta.

O consumo privado nas economias avançadas da zona euro deverá abrandar substancialmente em 2023, com um crescimento de apenas 0,8%, o que contrasta com a previsão de 3,8% para 2022. O consumo público deverá também crescer 1,6 pontos percentuais abaixo do valor registado em 2022, passando de um crescimento de 1,8% para 0,2%.

O desemprego na União Europeia deverá aumentar ligeiramente, de 6,8% para 7,1%. No entanto, espera-se que vários setores continuem a enfrentar uma grave escassez de mão-de-obra. Olhando para alguns países da UE, a Alemanha deverá registar um aumento da taxa de desemprego de 2,9% para 3,4%, enquanto a Itália deverá registar um agravamento da taxa de 8,8% para 9,4%. A Espanha deverá registar uma melhoria neste indicador, com a taxa a cair de 12,7% para 12,3%, assim como a Grécia, que deverá ver a taxa cair de 12,6% para 12,2%. A tendência geral é de mudanças moderadas.

Após a subida da dívida bruta da zona euro durante a pandemia, era esperado que a mesma começasse a cair nos anos subsequentes, e a esperança nesta tendência mantém-se, se bem que com moderação. O valor desta dívida ascendia aos 97,3% do PIB, tendo caído para 95,6% em 2022. É esperado que em 2023 caia apenas 0.5 pontos percentuais para os 95,1%, e que em 2024 desça ligeiramente para os 95%.

Por fim, a guerra na Ucrânia obrigou a Europa a reavaliar as suas opções de abastecimento energético. Prevê-se que os próximos anos sejam um período de investimento em alternativas renováveis. Os países continuarão a colocar um foco maior no combate às mudanças climáticas, dadas as evidências crescentes de que o mundo está a chegar rapidamente a um ponto irreversível da crise climática.

5.2 Cenário Interno

A recuperação económica após a pandemia de COVID-19 abrandou, com as projeções de crescimento em 2023 a indicarem que esta é uma tendência que se manterá. Tal deve-se sobretudo ao abrandamento da recuperação do setor do turismo, ao aumento dos custos de produção e dos preços da energia, à diminuição do consumo privado e à subida das taxas de juro. Todos os quais estão alinhados com a economia global.

Prevê-se que o crescimento do PIB abrande fortemente em 2023, com as previsões dos principais organismos a apontarem para uma taxa de crescimento entre 0,7% e 1,5%.

Relativamente à inflação, a Comissão Europeia aponta para uma diminuição deste indicador, passando dos 8% registados em 2022 para 5,8% em 2023 e 2,3% em 2024, assumindo que os preços da energia irão baixar no longo prazo. Esta expectativa assenta em parte no facto de a Península Ibérica estar menos interligada energeticamente com outros mercados europeus, bem como no facto de, em 2022, cerca de 55% da energia portuguesa ter sido gerada por fontes renováveis. Projeções mais pessimistas, como a da OCDE, preveem uma taxa de inflação de 6,6% em 2023 e de 2,4% em 2024.

Quanto ao emprego, o FMI prevê que a taxa de desemprego suba de 6,1% em 2022 para 6,5% em 2023, a OCDE, que prevê que a taxa suba para os 6,4% em 2023, estima uma queda para 6,2% em 2024. A Comissão Europeia tem previsões mais otimistas, esperando que a taxa de desemprego caia para 5,9% em 2023, previsão igual à do Banco de Portugal.

As exportações deverão aumentar entre 3,5% e 4,7% em 2023, depois de terem aumentado 17,7% em 2022. O abrandamento do crescimento deve-se sobretudo ao esbater do impacto do aumento do turismo sentido sobretudo no primeiro semestre de 2022, como mencionado anteriormente. Por seu turno, as importações deverão crescer entre 3% e 3,4% em 2023, após terem crescido 11,1% em 2022.

Apesar da esperada conjuntura económica desfavorável para 2023, a Comissão Europeia prevê que a dívida pública portuguesa continue a descer para 109,1% em 2023 e 105,3% em 2024.

5.3 Evolução Previsível da Fundação

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que futuro próximo a IPSS

Para o ano de 2023 prevê-se em Lisboa a adaptação de uma sala de Pré-Escola para Creche e uma sala para refeitório. Para cumprir com as exigências legais referente às acessibilidades, é previsto a instalação duma casa de banho para deficientes, assim como uma plataforma elevatória.

O valor total destas diversas obras é estimado em 80.000 €; a previsão é que sejam concluídas até ao início do ano letivo 2023/2024. Conta-se, para fazer face às despesas com diversos donativos e com o apoio através do PRR. Várias obras de reparação de paredes interiores e exteriores em Fatima necessitam de uma intervenção. Não se preveem outros fatores que possam ter impacto significativo na gestão da Instituição. Procura-se que as medidas adoptadas consolidem a solidez financeira da Instituição.

6 - Outras Informações

A Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2022.

Não foram realizados negócios entre Fundação e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

No contexto atual da situação de guerra na Ucrânia, é previsível que a actividade futura da IPSS seja afectada Assim, prevê-se que no exercício de 2023, a Direção se mantenha atenta e expectante em relação aos eventuais devios e impacto nos resultados, de modo a poder agir em conformidade e adoptar as medidas necessárias para minorar o efeito negativo, que os mesmos possam representar.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores.

Aos nossos Colaboradores e Benfeitores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Balanço - (modelo para ESNL) em 31-
12-2022
(montantes em euros)

Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 663 997,83	1 649 007,87
Outros créditos e ativos não correntes		5 314,23	4 252,55
		1 669 312,06	1 653 260,42
Ativo corrente			
Inventários	5	2 826,12	2 486,42
Créditos a receber		643,40	580,00
Estado e outros entes públicos		2 563,65	
Diferimentos		1 984,79	4 232,58
Outros ativos correntes		3 976,78	25 000,00
Caixa e depósitos bancários		138 065,96	180 548,69
		150 060,70	212 847,69
Total do ativo		1 819 372,76	1 866 108,11
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	10		
Fundos		419 170,03	419 170,03
Reservas		25 237,44	25 237,44
Resultados transitados		1 241 382,12	1 228 624,32
Resultado líquido do período		(19 219,07)	12 757,80
Total dos fundos patrimoniais		1 666 570,52	1 685 789,59
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores		1 035,51	5 296,31
Estado e outros entes públicos		16 644,44	19 282,46
Diferimentos		35 166,77	42 200,09
Outros passivos correntes	8	99 955,52	113 539,66
		152 802,24	180 318,52
Total do passivo		152 802,24	180 318,52
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 819 372,76	1 866 108,11

Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ESNL) do período findo em 31-12-
2022
(montantes em euros)

Fundação Obra de Nossa Senhora da
Purificação

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	6	146 795,17	156 937,27
Subsídios, doações e legados à exploração	7	810 787,18	863 904,94
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	(109 101,05)	(118 133,57)
Fornecimentos e serviços externos	6	(97 940,22)	(123 045,03)
Gastos com o pessoal	8	(710 958,31)	(702 668,61)
Outros rendimentos	6	13 100,38	4 276,45
Outros gastos		(44 989,63)	(42 270,03)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		7 693,52	39 001,42
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(26 778,77)	(26 248,58)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(19 085,25)	12 752,84
Juros e rendimentos similares obtidos	6	2,50	5,00
Juros e gastos similares suportados		(136,32)	(0,04)
Resultado antes de impostos		(19 219,07)	12 757,80
Resultado líquido do período		(19 219,07)	12 757,80

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2022
(montantes em euros)

Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
6 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022		419 170,03		25 237,44	1 228 624,32			12 757,80	1 685 789,59		1 685 789,59
3 ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					12 757,80			(12 757,80)			
7					12 757,80			(12 757,80)			
8 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								(19 219,07)	(19 219,07)		(19 219,07)
9=7+8 RESULTADO INTEGRAL								(19 219,07)	(19 219,07)		(19 219,07)
10 OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
6+7+8+10 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022		419 170,03		25 237,44	1 241 382,12			(19 219,07)	1 666 570,52		1 666 570,52

Conselho Directivo



Contabilista Certificado
23892



Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2022
(montantes em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	1	419 170,03		25 237,44	1 236 420,41			(7 796,09)	1 673 031,79		1 673 031,79
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(7 796,09)			7 796,09			
2					(7 796,09)			7 796,09			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							12 757,80	12 757,80		12 757,80
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							12 757,80	12 757,80		12 757,80
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
5											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	6=1+2+3+5	419 170,03		25 237,44	1 228 624,32			12 757,80	1 685 789,59		1 685 789,59

Conselho Directivo



Contabilista Certificado

23892



Demonstração dos Fluxos de Caixa -
(modelo para ESNL) do período findo em 31
-12-2022
(montantes em euros)

Fundação Obra de Nossa Senhora da
Purificação

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		146 195,17	157 537,27
Pagamentos a fornecedores		225 684,46	205 932,39
Pagamentos ao pessoal	8	713 596,33	700 577,37
Caixa gerada pelas operações		(793 085,62)	(748 972,49)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(4 437,71)	(3 395,78)
Outros recebimentos/pagamentos		768 106,19	801 764,48
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(20 541,72)	56 187,77
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4	41 768,73	44 890,20
<i>Investimentos financeiros</i>		1 061,68	917,90
Recebimentos provenientes de:			
<i>Juros e rendimentos similares</i>		2,50	5,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(42 827,91)	(45 803,10)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Juros e gastos similares</i>		136,32	0,04
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(136,32)	(0,04)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(63 505,95)	10 384,63
Caixa e seus equivalentes no início do período		205 548,69	195 164,06
Caixa e seus equivalentes no fim do período		142 042,74	205 548,69

Conta SNC	Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Líquido
1	MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	142 042,74		142 042,74
11	Caixa	8 603,76		8 603,76
12	Depósitos à ordem	109 462,20		109 462,20
13	Outros depósitos bancários	20 000,00		20 000,00
14	Outros instrumentos financeiros	3 976,78		3 976,78
142	Instrumentos financeiros detidos para negociação	3 976,78		3 976,78
1421	Ativos financeiros	3 976,78		3 976,78
2	CONTAS A RECEBER E A PAGAR	5 191,84	152 802,24	(147 610,40)
22	Fornecedores		1 035,51	(1 035,51)
221	Fornecedores c/c		1 035,51	(1 035,51)
2211	Fornecedores gerais		1 035,51	(1 035,51)
24	Estado e outros entes públicos	2 563,65	16 644,44	(14 080,79)
242	Retenção de impostos sobre rendimentos		4 362,63	(4 362,63)
243	Imposto sobre o valor acrescentado IVA	2 563,65		2 563,65
2438	IVA - Reembolsos pedidos	2 563,65		2 563,65
245	Contribuições para a Segurança Social		12 281,81	(12 281,81)
27	Outras contas a receber e a pagar	643,40	99 955,52	(99 312,12)
272	Devedores e credores por acréscimos (per. econ.)		96 649,18	(96 649,18)
2722	Credores por acréscimos de gastos		96 649,18	(96 649,18)
278	Outros devedores e credores	643,40	3 306,34	(2 662,94)
28	Diferimentos	1 984,79	35 166,77	(33 181,98)
281	Gastos a reconhecer	1 984,79		1 984,79
282	Rendimentos a reconhecer		35 166,77	(35 166,77)
3	INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS	2 826,12		2 826,12
33	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 826,12		2 826,12
331	Matérias-primas	2 826,12		2 826,12
4	INVESTIMENTOS	3 097 842,05	1 428 529,99	1 669 312,06
41	Investimentos financeiros	5 314,23		5 314,23
415	Outros investimentos financeiros	5 314,23		5 314,23
4151	Detidos até à maturidade	3 804,15		3 804,15
4157	Outros investimentos financeiros - FCT	1 510,08		1 510,08
43	Ativos fixos tangíveis	3 092 527,82	1 428 529,99	1 663 997,83
433	Outros ativos fixos tangíveis	3 092 527,82	1 428 529,99	1 663 997,83
4331	Terrenos e recursos naturais	353 148,90		353 148,90
4332	Edifícios e outras construções	1 947 690,55		1 947 690,55
4333	Equipamento básico	535 236,49		535 236,49
4334	Equipamento de transporte	115 056,78		115 056,78
4335	Equipamento administrativo	43 653,58		43 653,58
4337	Outros ativos fixos tangíveis	97 741,52		97 741,52

Conta SNC	Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Líquido
4338	Depreciações acumuladas		1 428 529,99	(1 428 529,99)
43382	Edifícios e outras construções		710 005,69	(710 005,69)
43383	Equipamento básico		467 413,39	(467 413,39)
43384	Equipamento de transporte		115 056,78	(115 056,78)
43385	Equipamento administrativo		40 151,04	(40 151,04)
43387	Outros ativos fixos tangíveis		95 903,09	(95 903,09)
5	FUNDOS PATRIMONIAIS		1 685 789,59	(1 685 789,59)
51	Fundos		419 170,03	(419 170,03)
55	Reservas		25 237,44	(25 237,44)
552	Outras reservas		25 237,44	(25 237,44)
56	Resultados transitados		1 241 382,12	(1 241 382,12)
6	GASTOS	989 904,30		989 904,30
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	109 101,05		109 101,05
612	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	109 101,05		109 101,05
62	Fornecimentos e serviços externos	97 940,22		97 940,22
622	Serviços especializados	48 143,53		48 143,53
6221	Trabalhos especializados	7 580,40		7 580,40
6223	Vigilância e segurança	2 096,50		2 096,50
6224	Honorários	4 101,00		4 101,00
6226	Conservação e reparação	22 314,79		22 314,79
6228	Outros	12 050,84		12 050,84
623	Materiais	5 664,55		5 664,55
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2 634,51		2 634,51
6233	Material de escritório	3 030,04		3 030,04
624	Energia e fluidos	31 089,88		31 089,88
6241	Electricidade	10 911,86		10 911,86
6242	Combustíveis	5 357,64		5 357,64
6243	Água	6 626,70		6 626,70
6248	Outros	8 193,68		8 193,68
625	Deslocações, estadas e transportes	3 004,14		3 004,14
6251	Deslocações e estadas	3 004,14		3 004,14
626	Serviços diversos	10 038,12		10 038,12
6262	Comunicação	2 150,81		2 150,81
6263	Seguros	3 821,52		3 821,52
6265	Contencioso e notariado	43,62		43,62
6267	Limpeza, higiene e conforto	3 323,03		3 323,03
6268	Outros serviços	699,14		699,14
63	Gastos com o pessoal	710 958,31		710 958,31
632	Remunerações do pessoal	566 048,97		566 048,97

Conta SNC	Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Líquido
635	Encargos sobre remunerações	137 981,27		137 981,27
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	3 404,58		3 404,58
638	Outros gastos com o pessoal	3 523,49		3 523,49
64	Gastos de depreciação e de amortização	26 778,77		26 778,77
642	Ativos fixos tangíveis	26 778,77		26 778,77
6422	Edifícios e outras construções	5 969,09		5 969,09
6423	Equipamento básico	16 671,57		16 671,57
6425	Equipamento administrativo	1 949,37		1 949,37
6427	Outros ativos fixos tangíveis	2 188,74		2 188,74
68	Outros gastos	44 989,63		44 989,63
681	Impostos	21 310,45		21 310,45
6812	Impostos indiretos	21 310,45		21 310,45
688	Outros	23 679,18		23 679,18
6881	Correções relativas a períodos anteriores	3 400,59		3 400,59
6882	Donativos	5,00		5,00
6883	Quotizações	862,00		862,00
6888	Outros não especificados	19 411,59		19 411,59
69	Gastos de financiamento	136,32		136,32
691	Juros suportados	136,32		136,32
6918	Outros juros	136,32		136,32
7	RENDIMENTOS		970 685,23	(970 685,23)
72	Prestações de serviços		146 795,17	(146 795,17)
721	Quotas dos utilizadores		143 898,97	(143 898,97)
725	Serviços secundários		2 896,20	(2 896,20)
75	Subsídios, doações e legados à exploração		810 787,18	(810 787,18)
751	Subsídios do Estado e outros entes públicos		614 013,02	(614 013,02)
752	Subsídios de outras entidades		196 774,16	(196 774,16)
78	Outros rendimentos		13 100,38	(13 100,38)
787	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		8 600,00	(8 600,00)
7873	Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento		8 600,00	(8 600,00)
788	Outros		4 500,38	(4 500,38)
7881	Correções relativas a períodos anteriores		22,77	(22,77)
7885	Restituição de impostos		4 437,71	(4 437,71)
7888	Outros não especificados		39,90	(39,90)
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares		2,50	(2,50)
791	Juros obtidos		2,50	(2,50)
7911	De depósitos		2,50	(2,50)
8	RESULTADOS			
	Total	4 237 807,05	4 237 807,05	0,00

Conta SNC	Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Líquido
-----------	-----------	---------------	--------------	---------------

VALENCIAS
2022

APOS IMPUTAÇÕES

GERAL	imput gastos	CRECHE				LAR				ATL	
		c10101fin 31,0%	c10102fin 69,0%	c10201fin 77,0%	c10202fin 23,0%	c10101fin 35,4%	c10102fin 64,6%	c10201fin 73,6%	c10202fin 26,4%	rendim.	rendim.
6	Gastos	949.232,51	181.066,42	392.904,41	282.448,14	92.813,54					
61	Custo das mercadorias vendida	68.429,26	12.923,63	28.765,28	20.933,13	5.807,33					
612	Matérias-primas subsidiárias e	68.429,26	12.923,63	28.765,28	20.933,13	5.807,33					
6121	Generos Alimentares Compras	23.559,92	12.811,19	28.515,23	17.651,75	6.253,54					
612351	Produt.Banco Alimentar Instit.	4.604,26	1.427,32	3.176,94	0,00	0,00					
6122	Compras diversas	4.197,55	112,34	250,05	3.281,37	553,79					
62	Fornecimentos e serviços exter	97.940,22	14.436,15	32.132,08	40.622,29	10.749,70					
622	Serviços especializados	48.143,53	7.037,22	15.663,50	20.487,27	4.955,54					
6221	Trabalhos especializados	7.580,40	1.150,60	2.561,46	3.001,47	866,67					
6223	Vigilância e segurança	2.096,50	166,94	371,57	1.199,66	358,34					
6224	Honorários	4.101,00	469,65	1.045,35	1.991,22	594,78					
6226	Conservação e reparação	22.480,69	4.083,90	9.089,98	7.166,24	2.140,57					
6228	Outras Despesas	11.884,94	1.165,94	2.595,15	7.128,67	995,18					
62281	Despesas bancárias	242,40	40,00	89,02	87,53	25,85					
62282	Despesas com alunos	11.642,54	1.125,94	2.506,12	7.041,14	969,33					
623	Materiais	5.664,55	1.495,01	3.327,60	648,29	193,65					
6231	Ferramentas e utensílios de de	2.634,51	683,69	1.521,75	330,38	98,69					
6233	Material de escritório	3.030,04	811,32	1.805,85	317,91	94,96					
624	Energia e fluidos	31.089,88	3.891,69	8.662,15	14.272,76	4.263,29					
6241	Electricidade	10.911,86	1.467,86	3.267,18	4.756,15	1.420,67					
6242	Combustíveis	5.357,64	341,88	760,96	3.276,20	978,60					
6243	Água	6.626,70	905,14	2.014,67	2.854,31	852,58					
625	Deslocações e estadas e transpor	3.004,14	271,92	605,24	1.807,58	319,41					
6252	Transportes de Pessoal	3.004,14	271,92	605,24	1.807,58	319,41					
626	Serviços diversos	10.038,12	0,00	0,00	0,00	0,00					
6261	Rendas e Aluguéis	1.740,32	3.873,60	3.406,39	0,00	1.017,81					
6262	Comunicação	2.150,81	0,00	0,00	0,00	0,00					
6263	Seguros	3.821,52	343,17	763,82	803,74	240,08					
6265	Contencioso e notariado	43,62	10,42	23,20	7,70	2,30					
6266	Despesas Representação	3,91	3,91	8,70	16,90	5,05					
6267	Limpeza higiene e conforto	3.323,03	850,53	1.893,13	447,56	131,81					
6268	Outros serviços	664,59	137,34	305,69	170,60	50,96					
63	Gastos com o pessoal	710.958,31	142.259,93	306.528,67	193.840,59	68.329,12					
632	Remunerações do pessoal	566.048,97	116.467,22	248.772,11	148.253,88	52.555,76					
6321	Remuneração pessoal	566.048,97	116.467,22	248.772,11	148.253,88	52.555,76					
6324	Férias Subs. Férias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
6325	Subsidio Natal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
6327	Indemnizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
635	Encargos sobre remunerações	137.961,27	24.287,63	55.010,03	43.616,83	15.066,78					
63513	Fundo FGCT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
6352	Encargos remun pessoal	117.094,03	19.449,65	45.068,08	38.811,80	13.764,50					
636	Seguros acidentes trabalho e d	3.404,58	609,98	1.113,14	1.237,55	443,91					
638	Outros gastos com o pessoal	3.523,49	895,09	1.633,40	732,32	262,68					
63882	Outros custos pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
63883	Seg.Higiene no trabalho	2.191,60	505,02	921,58	563,04	201,96					
63883 1	Saude no trabalho	886,10	135,26	246,84	370,94	133,06					
63884	Formação	1.331,89	390,07	711,82	169,28	60,72					
64	Gastos de depreciação e de amo	26.778,77	3.584,24	7.977,82	11.716,87	3.499,64					
642	Activos fixos tangíveis	26.778,77	3.584,24	7.977,82	11.716,87	3.499,64					
6422	Edifícios	5.969,09	759,83	1.691,24	2.708,88	809,14					
6423	Equip.basico	16.671,57	2.115,94	4.709,68	7.581,38	2.264,57					
6424	Equip.Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
6426	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	1.949,37	363,19	808,39	598,90	178,89					
6429	Outros	2.188,74	345,27	768,52	827,71	247,24					
68	Outros gastos e perdas	44.989,63	7.835,64	17.440,61	15.297,20	4.416,18					

VALENCIAS
2022

GERAL

APOS IMPUTAÇÕES

	CRECHE	PRE	LAR	ATL	input		gastos		pessoal		rendim.	
					c101010fm	c101020fm	c102010fm	c102020fm	35.4%	64.6%	73.6%	26.4%
681												
6812	Impostos	A										
68122	Impostos indiretos	A										
68123	Imposto sobre o valor acrescen											
6813	Imposto do selo											
6813	Taxas	A										
688	Outros	A										
6881	Correcções relativas a período											
6883	Quotizações											
6888	Outros não especificados											
6899	Outros diversos											
69	Despesas Financeiras	A										
7	Rendimentos	A										
72	Prestações de serviços	A										
721	Matrículas e Mensalidades											
722	Outros serviços operacionais											
725	Serviços secundários											
75	Subsídios à exploração	A										
751	Subsídios Estado e Outros	A										
751	IGFSS Lisboa											
751	IGFSS Santarém											
751	IGFSS PLANO SERE +											
751	Outros											
752	Subsídios de outras entidades	A										
752	Doativos particulares											
752	Produtos doados à instituição											
752	Doativos Estrangeiro											
752	Subsídio p/ investimento											
752	Outros											
78	Outros rendimentos e ganhos	A										
787	Rendimentos e ganhos em invest	A										
7871	Alienações											
7873	Rendas											
788	Outros	A										
79	Juros e outros rendimentos sim	A										
791	Juros obtidos	A										
7911	De depósitos											
	Resultado											

752	17	Produtos Banco Alimentar	-40671,79									
6123		Produt. Banco Alimentar	40671,79									

FD 89.

	c101010fm	c101020fm	c102010fm	c102020fm
	35.4%	64.6%	73.6%	26.4%
	28.0%	72.0%	75.0%	25.0%
	31.0%	69.0%	77.0%	23.0%
	34.00	76.60	19.00	26.00
	5.325,48	5.129,30	14.865,69	3.569,75
	443,79	427,44	1.238,81	297,48
	3486,28	-25.715,18	39.419,58	-36.409,75
	-19.219,07		-19.219,07	

cc 23892

Handwritten signature

ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação

ANO : 2022

ÍNDICE

- 1 - Identificação da entidade**
 - 1.1 Dados de identificação
- 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**
 - 2.1 Referencial contabilístico utilizado
 - 2.2 Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras
 - 2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior
- 3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**
 - 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras
 - 3.2 Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras
 - 3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)
- 4 - Ativos fixos tangíveis**
 - 4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis
 - 4.1.1 Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:
 - 4.1.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:
- 5 - Inventários**
 - 5.1 Quantia escriturada de inventários
- 6 - Rendimentos e gastos**
 - 6.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços
 - 6.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:
 - 6.3 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos
- 7 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas**
 - 7.1 Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas
 - 7.2 Principais doadores / fontes de fundos
 - 7.3 Outras divulgações
- 8 - Benefícios dos empregados**
 - 8.1 Benefícios dos empregados e encargos da entidade
- 9 - Acontecimentos após a data do balanço**
 - 9.1 Outras divulgações
- 10 - Divulgações exigidas por diplomas legais**
 - 10.1 Informação por atividade económica
 - 10.2 Informação por mercado geográfico
 - 10.3 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

11 - Impostos e contribuições

11.1 Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

12 - Fluxos de caixa

12.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Notas às Demonstrações Financeiras

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação

A Fundação Obra Nossa Senhora da Purificação (FONSP) é uma IPSS com dois estabelecimentos. Em Lisboa actua no apoio social como Creche e Jardim Infantil. Em Fátima desenvolve actividades de ATL e de Lar de Lar de Acolhimento Residencial para Crianças e Jovens.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

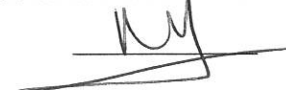
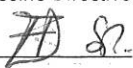
As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de dezembro de 2022 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derrogadas disposições do SNC

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As contas reportadas ao período anterior estavam em normativo SNC-ESNL, pelo que as contas são comparáveis com as do período anterior.



3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas. Os gastos de desenvolvimento são capitalizadas, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a

sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se em regime de isenção de IRC. Contudo, no caso de vir a desenvolver actividades com fins lucrativos, encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% (ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC).

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base

na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com o ponto 9 - Locações das Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para esta tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 10 - Rédito das Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o

montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2. Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras a organização utiliza estimativas e pressupostos que afectam os montantes reportados. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras do período e do período anterior incluem:

- justo valor e vidas úteis de activos tangíveis
- registo de provisões e perdas por imparidade

As estimativas foram preparadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das peças financeiras. As alterações a estas estimativas que venham a decorrer posteriormente serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos após a data do balanço que afectem o valor dos activos e passivos existentes à data do balanço são registados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo à demonstrações financeiras, como se faz na Nota 9.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1. Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

A Fundação não tem bens considerados como património histórico, artístico e cultural.
O método de depreciação é o da linha recta, aplicada aos bens considerados ao seu custo de aquisição.
Os edifícios de Lisboa e Fátima não depreciam e são apresentados ao seu justo valor.

4.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	353 148,90	1 945 281,82	495 876,49	115 056,78	43 653,58		97 741,52			3 050 759,09
Depreciações acumuladas		704 036,60	450 741,82	115 056,78	38 201,67		93 714,35			1 401 751,22
Saldo no início do período	353 148,90	1 241 245,22	45 134,67		5 451,91		4 027,17			1 649 007,87
Variações do período		(3 560,36)	22 688,43		(1 949,37)		(2 188,74)			14 989,96
Total de aumentos		2 408,73	39 360,00							41 768,73
Aquisições em primeira mão		2 408,73	39 360,00							41 768,73
Total diminuições		5 969,09	16 671,57		1 949,37		2 188,74			26 778,77
Depreciações do período		5 969,09	16 671,57		1 949,37		2 188,74			26 778,77
Saldo no fim do período	353 148,90	1 237 684,86	67 823,10		3 502,54		1 838,43			1 663 997,83
Valor bruto no fim do período	353 148,90	1 947 690,55	535 236,49	115 056,78	43 653,58		97 741,52			3 092 527,82
Depreciações acumuladas no fim do período		710 005,69	467 413,39	115 056,78	40 151,04		95 903,09			1 428 529,99

5 - Inventários

5.1. Quantia escriturada de inventários

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais		2 486,42	2 486,42		2 278,31	2 278,31
Compras		109 440,75	109 440,75		118 341,68	118 341,68
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais		2 826,12	2 826,12		2 486,42	2 486,42
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		109 101,05	109 101,05		118 133,57	118 133,57
OUTRAS INFORMAÇÕES						

6 - Rendimentos e gastos

6.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito é reconhecido pelo justo valor da contraprestação recebida pelos serviços prestados na actividade normal da instituição. O rédito é reconhecido líquido de abatimentos e descontos.

6.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	146 795,17	156 937,27
Juros	2,50	5,00
Outros réditos		4 276,45
Total	146 797,67	161 218,72

6.3. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	48 143,53	54 088,86
Trabalhos especializados	7 580,40	6 752,90
Vigilância e segurança	2 096,50	916,98
Honorários	4 101,00	1 487,00
Conservação e reparação	22 314,79	33 309,60
Outros	12 050,84	11 622,38
Materiais	5 664,55	10 456,70
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2 634,51	7 633,26
Material de escritório	3 030,04	2 823,44
Energia e fluidos	31 089,88	36 199,72
Eletricidade	10 911,86	15 027,53
Combustíveis	5 357,64	12 368,93
Água	6 626,70	8 803,26
Outros	8 193,68	
Deslocações, estadas e transportes	3 004,14	3 084,23
Deslocações e estadas	3 004,14	3 038,95
Transportes de pessoal		45,28
Serviços diversos	10 038,12	19 215,52
Rendas e alugueres		387,51
Comunicação	2 150,81	3 143,32
Seguros	3 821,52	5 721,51
Contencioso e notariado	43,62	74,20
Despesas de representação		286,05
Limpeza, higiene e conforto	3 323,03	1 193,80
Outros serviços	699,14	8 409,13
Total	97 940,22	123 045,03

7 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

7.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento									
Para ativos fixos tangíveis									
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração	678 884,45	614 013,02	614 013,02	173 167,52	189 740,84	196 774,16			
Valor dos reembolsos efetuados no período									
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração									
Total	678 884,45	614 013,02	614 013,02	173 167,52	189 740,84	196 774,16			

7.2. Principais doadores / fontes de fundos

A fundação suiça Goldach e diversos privados nacionais são os autores de donativos .

7.3. Outras divulgações

Os subsídios do Governo são considerados ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente que o subsídio venha a ser recebido e de que a entidade cumpre com os requisitos para o vir a receber. Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

8 - Benefícios dos empregados

8.1. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	710 958,31	702 668,61
Remunerações do pessoal	566 048,97	570 468,24
Encargos sobre as remunerações	137 981,27	123 418,89
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	3 404,58	6 458,49
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	3 523,49	2 322,99
- formação		608,24

9 - Acontecimentos após a data do balanço

9.1. Outras divulgações

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, registaram-se factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas. A pandemia do COVID19, apesar da elevada taxa de vacinação da população, tanto de pessoas adultas como de crianças, e do menor grau de preocupação que vem provocando, é ainda susceptível de continuar a ter consequências na actividade futura da Fundação.

Por outro lado, a continuação da guerra da Ucrânia continua a provocar fortes tendências inflacionistas, ameaças crescentes sobre o fornecimento no futuro de bens alimentares, e receios cada vez mais fundados sobre a estabilidade futura das economias, e até dos cenários globais de paz.

Contudo, as reservas financeiras e de património não deixam antever situações de dificuldade de curto prazo, apesar da quebra verificada pelo resultado negativo deste exercício; contudo, reforça-se que a Fundação necessita absolutamente de subsídios do Estado, bem como de donativos de entidades terceiras, pelo que o seu bem estar futuro vai depender da capacidade económica dos citados financiadores.

10 - Divulgações exigidas por diplomas legais

10.1. Informação por atividade económica




Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	146 795,17	146 795,17
Compras	109 440,75	109 440,75
Fornecimentos e serviços externos	97 940,22	97 940,22
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	109 101,05	109 101,05
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	109 101,05	109 101,05
Gastos com o pessoal	710 958,31	710 958,31
Remunerações	566 048,97	566 048,97
Outros gastos	144 909,34	144 909,34
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	1 663 997,83	1 663 997,83
Propriedades de investimento		

10.2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	146 795,17			146 795,17
Compras	109 440,75			109 440,75
Fornecimentos e serviços externos	97 940,22			97 940,22
Rendimentos suplementares:				

10.3. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados. O mesmo se passa com a Segurança Social.

11 - Impostos e contribuições

11.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	(19 219,07)	12 757,80
Imposto corrente		
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período		
Tributações autónomas		
Taxa efetiva de imposto		

12 - Fluxos de caixa**12.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:**

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	8 225,05	22 279,15	21 900,44	8 603,76
Depósitos à ordem	122 323,64	1 400 210,59	1 413 072,03	109 462,20
Outros depósitos bancários	50 000,00		30 000,00	20 000,00
Total	180 548,69	1 422 489,74	1 464 972,47	138 065,96

ACTAS

Folha n.º 59

FUNDAÇÃO OBRA DE NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO, NIF 500989877

ATA Nº 169

No dia 31 de Março de dois mil e vinte e três, pelas dezanove horas e trinta minutos, reuniu-se o Conselho de Administração e a Direção da Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação, na sede da Fundação, na Portela LRS, para -----

Ponto Único: aprovação de **Relatório e Contas de 2022**.-----


Na reunião estiveram presentes os membros do Conselho de Administração: o Sr. Pe. Frans de Deken (Presidente), o Sr. Pe. Dr. Pedro Manuel Luís (Vogal) e a Sra. Sofie Maucher (Secretária e Vice-Presidente da Direção), juntamente com a Presidente da Direção, Sra. Rosa Haberzettl e o Tesoureiro Dr. Miguel Madureiro Bentes, assim como os membros do Conselho Fiscal: o Dr. Nuno Miguel Nascimento (Presidente), a Dra. Ana Cristina Oliveira, (2ª Vogal do Conselho Fiscal) e a Sra. Ana Maria Pereira (1ª vogal) e Dr. Virgílio Carvalho, contabilista certificado 23892, responsável pela contabilidade da Fundação. -----

O Presidente deu por aberta a sessão e propôs como ordem do dia analisar o Relatório de Gestão e Contas de Gerência do ano de dois mil e vinte e dois. A Secretária leu o relatório das atividades e sublinhou que duas situações levaram a um agravamento da situação financeira da Instituição neste ano, que se prendem com a diminuição das crianças na idade pré-escolar, a que não se reagiu atempadamente com a extinção de postos de trabalhos, por um lado. Por outro, foi-se acumulando uma dívida de quase 40 mil Euros ao Estado de valores que recebemos pelas crianças do Jardim Infantil conforme acordo e não pela frequência real que mensalmente foi comunicado à Segurança Social.

Dr. Virgílio esclareceu alguns pontos que foram questionados e informou que a Fundação teve no exercício em análise um resultado negativo de 19.219,07 (dezanove mil duzentos e dezanove Euros e sete cêntimos). O Presidente do Conselho Fiscal, Dr. Nuno Nascimento deu o seu parecer positivo a respeito e procedeu-se à aprovação do relatório e das contas. Os mesmos foram aprovados por unanimidade e foi decidido aplicar o resultado do exercício em "Resultados Transitados", e foi assinada a presente ata por parte de todos os membros presentes.-----

O Presidente agradeceu aos benfeitores da Fundação, que também este ano contribuíram para poder face às despesas. Agradeceu também aos membros dos órgãos sociais, funcionários e demais colaboradores, pelo apoio e dedicação no desenvolvimento das suas atividades.-----

Não havendo mais nada a tratar, deu-se a reunião por encerrada e lida em voz alta, foi assinada pelos presentes,


Rosa Haberzettl
Miguel Madureiro Bentes
Pe. Pedro Manuel Luís
S. Oliveira

R.
ep
al

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

A: FUNDAÇÃO OBRA NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente, o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório e Parecer, sobre as Contas e Relatório de Gestão disponibilizados pelo Conselho Diretivo da FUNDAÇÃO OBRA NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO, com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Durante o exercício o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a atividade e a gestão da Instituição, inteirando-se dos atos do Conselho Diretivo, da qual sempre recebeu todos os elementos e esclarecimentos solicitados.

Analisou-se o Relatório e as Contas do exercício de 2022, compreendendo o Balanço, a Demonstração dos Resultados, Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo com as respetivas notas explicativas.

Nesta conformidade, entende-se que os documentos acima referidos refletem a situação financeira da FUNDAÇÃO OBRA NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO, a 31 de dezembro de 2022, satisfazendo também as disposições legais e estatutárias. Como compete dá-se ainda o acordo quando aos critérios valorimétricos utilizados pela Instituição, conforme consta do Anexo às Demonstrações Financeiras.

Nestes termos o Conselho Fiscal é de parecer:

1. Que sejam aprovados o Relatório de Gestão da Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e o Anexo, da FUNDAÇÃO OBRA NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO, relativo ao exercício de 2022.
2. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Finalmente deseja agradecer à Administração e a todo o Pessoal ao serviço da Instituição com quem contactou, toda a colaboração recebida no desempenho das suas funções.

Lisboa, 31 de março de 2023

O CONSELHO FISCAL

Presidente: Nuno Miguel Feliciano Francisco do Nascimento
(Nuno Miguel Feliciano Francisco do Nascimento)

Vogal: Ana Cristina de Abreu Pedro Martins de Oliveira
(Ana Cristina de Abreu Pedro Martins de Oliveira)

Vogal: Ana Maria Abreu R. A. Pereira
(Ana Maria Pereira)

Acta nº 69

No dia trinta de um de março de dois mil e vinte três, pelas dezoito horas, reuniu-se o Conselho Fiscal da Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação, na sede da Instituição.

Nesta reunião estiveram presentes todos membros do Conselho Fiscal, bem como o Presidente do Conselho Administração, Sr. Pe. Frans de Deken, e o responsável pela contabilidade da Fundação, Dr Virgílio Carvalho.

O Presidente deu por aberta a sessão e propôs como ordem do dia analisar as Contas e o Relatório de Gestão do ano de dois mil e vinte e dois.

Iniciando a ordem de trabalhos, o Presidente do Conselho Administração fez uma breve análise das Contas e do Relatório de Gestão, e informou que a Fundação teve no exercício em análise resultado negativo de € 19 219,07 (dezanove mil duzentos e dezanove euros e sete cêntimos).

De seguida, e de acordo com o artº 22 dos estatutos, procedeu-se à análise e apreciação das contas.

Após análise das Contas e do Relatório de Gestão de dois mil e vinte e dois, verificou-se que as mesmas obedeceram às normas estatutárias e demais requisitos legais, pelo que foram aprovadas pelo Conselho Fiscal.

Nada mais havendo a tratar, o presidente do Conselho Fiscal deu por encerrada a sessão, sendo lavrada a presente acta, que vai assinada por todos os membros presentes.

Virgílio Carvalho

Acustina Oliveira

Ana Maria Abreu R. A. Perreira

